

Jefferson afronta a democracia, atira na PF e vai para a cadeia



Ex-deputado se recusa a acatar ordem de prisão por descumprir determinação judicial, quando ofendeu a ministra Cármen Lúcia. Atira nos agentes da PF, joga granada, diz que resistiria, mas, no final, se entrega



Jefferson no vídeo em que disse que resistiria ao cumprimento da ordem de prisão pelos agentes da PF. Padre Kelmon entrega o fuzil que o ex-deputado usou contra os policiais, ao se insurgir à determinação de Moraes

Desacato e tiros levam Jefferson de volta à prisão

» DENISE ROTHENBURG

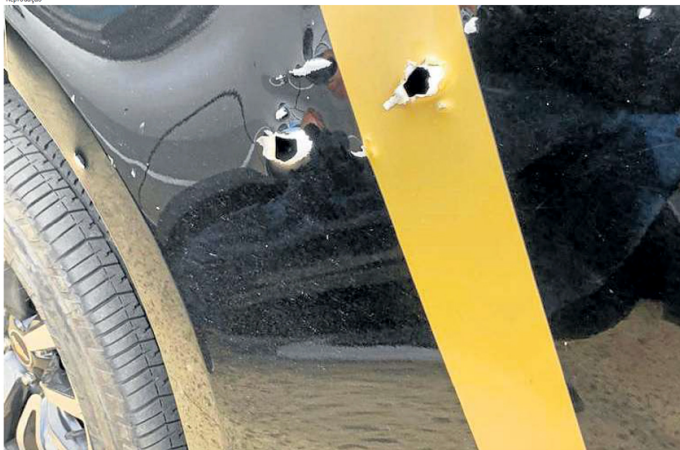
O ex-deputado Roberto Jefferson recebeu à bala, ontem, os policiais federais que foram à casa dele, em Comendador Levy Gasparian, na Região Serrana fluminense, cumprir mandado de prisão preventiva expedida, na noite de sábado, pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal — relator do processo das milícias digitais, pelo qual Jefferson cumpria prisão domiciliar, proibido de se manifestar nas redes sociais e conceder entrevistas. Na noite de sexta-feira, porém, o dirigente do PTB descumpriu as determinações e divulgou um vídeo com ofensas à ministra Cármen Lúcia, também do STF.

Esse descumprimento e outros episódios citados na decisão de Moraes levaram à ordem que quatro policiais tentaram cumprir — dois deles, Karina Oliveira e Marcelo Vilela, foram feridos pela reação de Jefferson, que se entregou no início da noite, depois de ser informado que se rendia ou a casa seria invadida.

Os policiais bateram de manhã no portão do ex-deputado. Ao tocar o interfone, Jefferson advertiu-os que não se entregaria. No vídeo que o próprio Jefferson divulgou (veja a íntegra no site do Correio), ele diz "houve troca de tiros" e que não aceitaria mais uma prisão que considerava ilegal. Ele e os bolsonaristas condenam o inquérito das milícias digitais, em que o próprio STF é quem comanda a investigação e o julgamento. Receber os policiais à bala reduziu a zero as chances de qualquer negociação com Jefferson.

Jair Bolsonaro (PL) tomou um susto ao saber que o ex-deputado havia ferido policiais. A equipe de campanha já havia sugerido que mantivesse distância do aliado que chamou Cármen Lúcia de prostituta, mas os tiros contra policiais fizeram o índice de radiação de Jefferson explodir. A ordem do presidente, que parou parte da agenda de campanha em São Paulo para tratar do assunto, era de que o ex-aliado tinha que estar preso até o final do dia. Padre Kelmon, hoje muito próximo de

Reprodução



Estilhaços da granada jogada por Jefferson causaram severos danos ao carro da PF. Dois agentes ficaram feridos no ataque do ex-deputado

Bolsonaro, foi chamado e convenceu o petebista a entregar sua arma — um fuzil.

Sem negociação

O ministro da Justiça, Anderson Torres, foi ao Rio de Janeiro não para negociar com Jefferson, mas para avisar ao aliado de Bolsonaro que, depois de ferir os agentes, não haveria negociação. Se entregava ou a PF invadiria a casa para prendê-lo. No twitter, o ministro escreveu: "Momento de tensão, que deve ser conduzido com muito cuidado. Ministério da Justiça está todo empenhado em apaziguar essa crise, com brevidade, e da melhor forma possível". O governo avaliou que a ida de Torres ao Rio ajudou a "evitar um mal maior" — que Jefferson fosse morto ou ferisse ou matasse alguém.

Torres manteve Bolsonaro informado. Enquanto a tevê divulgava imagens de Jefferson saindo do camburão da PF, o presidente

publicou um vídeo dizendo que "o tratamento dispensado a quem atira em policial é o de bandido" e prontamente se solidarizou com os policiais feridos. Escorregou, porém, num detalhe, ao dizer que havia "determinado" a prisão do ex-deputado — quem determinou a prisão foi o ministro Alexandre de Moraes. A equipe de Bolsonaro, porém, considera que isso foi apenas um detalhe e que, com a falha, o presidente manteve o apoio dos policiais, que desde cedo estavam mobilizados, na cobrança de punição ao atentado sofrido pelos profissionais. A Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapof) divulgou nota salientando que "a reação violenta contra policiais é um atentado contra o próprio Estado e uma ofensa incommensurável à ordem jurídica".

Já a Associação dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) também divulgou nota, classificando como "inaceitável qualquer

tipo de violência contra policiais federais, em especial no cumprimento do dever legal estabelecido pela Constituição Federal". A campanha analisa que o fato de Jefferson ser um aliado do presidente e terminar o dia na cadeia depois de atirar em policiais, transformou o limão em limonada, a uma semana da eleição. A avaliação é de que a prisão não deixou margem para uso desse fato pela campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que também se solidarizou com os profissionais feridos.

A uma semana da eleição, os aliados de Bolsonaro consideram que o presidente pulou essa foguete e deu aos apoiadores dois discursos para usar nesta reta final: 1) de que o governo não transige com o cumprimento da lei, por isso, prendeu Jefferson; e 2) o discurso da "liberdade", que será fartamente usado nos próximos dias.

Os bolsonaristas nunca aceitaram o inquérito das milícias digitais, tanto que, no primeiro

núte sobre o confronto de Jefferson com os agentes da PF, Bolsonaro criticou a ação. "Repúdio às falas do sr. Roberto Jefferson contra a ministra Cármen Lúcia e sua ação armada contra agentes da PF, bem como a existência de inquéritos sem nenhum respaldo na Constituição e sem a atuação do MP (Ministério Público)".

Jefferson sempre foi um personagem polêmico. Ele se aliou a Bolsonaro desde que virou anti-petista, nos anos 2000. Em 2004, aliado do governo Lula, foi o pivô do escândalo do mensalão e chegou a dizer ao ex-ministro José Dirceu que "vossa excelência desperta em mim os instintos mais primitivos". Esses instintos se voltaram aos ministros do Supremo.

A prisão indica que Jefferson está sozinho na forma, mas não no conteúdo. O confronto entre os aliados de Bolsonaro e o Poder Judiciário não terminará cedo, seja qual for o resultado da eleição, daqui a sete dias.

Um preso com armas na mão

» LUANA PATRIOLINO

Um dos pontos que mais chamou atenção na prisão do ex-deputado Roberto Jefferson foi a quantidade de armamento que possuía em casa. As investigações apontam que o petebista teria 13 armas de fogo, o que, segundo especialistas, não seria permitido, pois ele cumpre prisão domiciliar.

O criminalista Edson Vieira Abdala atribui à negligência do Estado a posse de armamento por Jefferson. "Ele só poderia ter tudo isso por meio do chamado CACs (coleccionadores, atiradores e caçadores), mas uma vez que estava preso, não poderiam permitir que tivesse qualquer arma em casa", destacou.

O constitucionalista e cientista político Nauê Bernardo de Azevedo também considerou absurdo que Jefferson mantivesse em casa um arsenal de armas de grosso calibre. "Não tem como tolerar o que aconteceu. É alguém que se acha tão acima da lei, das regras, que recebe um agente do estado à tiros em casa. Como uma pessoa em prisão domiciliar tem fuzil e uma granada?", indagou.

Chamou a atenção para aquilo que classificou como um desajeito de ruptura da ordem institucional no país. "Estamos falando de uma pessoa que atira contra agentes públicos no estrito cumprimento de seu dever legal. Aqueles policiais não têm nada a ver com a brigada das autoridades. Eles cumpriam ordens e ordem judicial é para ser cumprida. Não há previsão no Código de Processo Penal recurso por meio de tiro ou de granada", criticou.

Segundo o também constitucionalista Guilherme Amorim, a pena do petebista será agravada. "Ele cometeu um outro tipo penal, que é o de atirar contra agentes da lei. Isso é tentativa de homicídio e resistência à prisão. Roberto Jefferson pode responder a mais dois inquéritos e mais dois processos penais autônomos, com as respectivas penas", explicou.



Logo após a prisão de Jefferson, Bolsonaro publica vídeo se afastando daquele que, até então, era um dos seus apoiadores mais extremados. Horas antes, havia criticado o ex-deputado pelas ofensas à ministra Cármen Lúcia

Petebista vai de aliado a bandido

» INGRID SOARES

O ex-deputado Roberto Jefferson passou, em questão de horas, de aliado de Jair Bolsonaro (PL) a um "bandido" que atirou e atacou quatro agentes da Polícia Federal — ferindo dois deles — por cumprirem uma ordem de prisão. Depois que o petebista se rendeu e foi levado para a sede da PF, no Rio de Janeiro, o presidente da República, em vídeo nas redes sociais, classificou o ex-apoiador de criminoso.

"Como determinei ao ministro da Justiça, Anderson Torres, Roberto Jefferson acaba de ser preso. O tratamento dispensado a quem atira em policial é o de bandido. Presto minha solidariedade aos policiais feridos no episódio", disse Bolsonaro.

A posição do presidente, porém, foi diferente daquela de horas antes quando, apesar de criticar Jefferson pelas ofensas contra a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), também atacou a "existência de inquéritos sem nenhum respaldo na Constituição e sem a atuação do MP (Ministério Público)". Bolsonaro também desafiou a mostrarem alguma foto ao lado do petebista, mas foi desmentido com uma imagem de ambos trocando cumprimentos que circulou na imprensa e nas redes sociais.

Pouco antes da sabatina a que se submeteu, à noite, na Rede Record (leia na página 5), o presidente voltou a negar que exista "qualquer relação" dele com o ex-parlamentar. "Aqueles que insistem em dizer que o RJ é meu aliado, lembrem que em setembro agora ele entrou com uma notícia-crime contra mim no STM (Superior Tribunal Militar). Não existe qualquer relação minha, quem age dessa maneira está mentindo", afirmou.

Repúdio

O desatoc de Jefferson a uma ordem judicial e o desfecho com a prisão do ex-deputado levaram algumas das principais autoridades da República a se posicionarem.

Sem citar o nome de Jefferson, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou repudiar "toda reação violenta que ponha as instituições e seus integrantes em risco". "O Brasil assiste estarecido fatos que, neste domingo,

Reprodução/Redes sociais



Inicialmente, Bolsonaro condenou as ofensas de Jefferson a Cármen Lúcia, mas criticou o Judiciário. Depois, abandonou o aliado ao chamá-lo de bandido

Análise da notícia

A "loucura" de Roberto Jefferson

» LUIZ CARLOS AZEDO

Ao resistir à prisão a tiros contra agentes da Polícia Federal (PF), ferido um delegado e uma policial, ex-deputado Roberto Jefferson antecipou um tipo de atitude que vinha anunciando faz tempo, com objetivo de agitar as redes bolsonaristas mais radicais e estimular uma reação armada à eventual eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), antes mesmo da conclusão da apuração dos votos, no próximo domingo. Com a prisão preventiva, em razão das agressões covardes

e inadmissíveis que fez à ministra Cármen Lúcia, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes — autor do mandado de prisão — tirou de circulação o mais radical aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL), que estava ameaçando incendiar o país no dia da eleição.

Jefferson, um político capaz das atitudes mais imprevisíveis e extremas, revelou desespero por ter sido tirado do jogo antes de entrar em campo. Sua atitude pegou Bolsonaro de surpresa, que estava em São Paulo para um "tour de force", cujo

objetivo era consolidar sua vitória no maior colégio eleitoral do país. O petebista roubou a cena do último domingo da corrida eleitoral. O que era para ser o ponto alto da campanha, virou um dia de ponta negativa, com o presidente da República tendo que dar declarações contra o aliado e despachar seu ministro da Justiça, Anderson Torres, para negociar a renúncia de Jefferson.

A intervenção de Moraes, que negociou a renúncia de Jefferson não se sabe em que termos, foi uma "não-conformidade", no jargão administrativo. Entretanto, evitou

que a PF invadisse a casa do ex-deputado e o prendesse com emprego de violência proporcional àquela que ele usou para resistir à prisão, uma vez que o ex-deputado federal transformou sua residência em Comendador Leão Gasparian, no interior fluminense, num verdadeiro bunker, do qual disparou tiros de fuzil e lançou granadas contra os policiais federais. Eleitoralmente, mesmo atuando para contingenciar a crise, Bolsonaro se desgastou eleitoralmente. Prestou solidariedade aos policiais feridos e chamou Jefferson de criminoso, mas já era leite derramado.

atingiram o pingo do absurdo. Em nome da Câmara, repudio toda reação violenta, armada ou com palavras, que ponham em risco as instituições e seus integrantes.

Não admitiremos retrocessos ou atentados contra nossa democracia", tuitou.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), repudiou

os ataques à ministra Cármen Lúcia e aos policiais, ressaltando que "o Estado democrático de Direito confere liberdades ao cidadão, jamais o direito de praticar

crimes e violar direito alheio".

Já o ministro Alexandre de Moraes, que determinou a prisão de Jefferson, parabenizou o trabalho da PF e destacou ser

"inadmissível" a agressão aos agentes: "Parabéns pelo competente e profissional trabalho da Polícia Federal, orgulho de todos nós brasileiros e brasileiras. Inadmissível qualquer agressão contra os policiais. Me solidarizo com o agente Karina Oliveira e com o delegado Marcelo Villela que foram, covardemente, feridos."

A Associação Nacional dos Delegados da PF repudiou o ataque de Jefferson e disse ser "totalmente inaceitável qualquer tipo de violência contra policiais federais, em especial no cumprimento do dever legal estabelecido pela Constituição". Já a Federação Nacional dos Policiais Federais destacou a gravidade do atentado.

"A reação violenta contra policiais é um atentado contra o próprio Estado e uma ofensa incommensurável à ordem jurídica. A inconstitucionalidade em face de decisões judiciais deve ser demonstrada no terreno adequado, que são os próprios autos, nos termos da Constituição Federal de 1988, e nunca, através do exercício arbitrário", observou.

Sociedade violenta

Quem também repudiou a desobediência de Jefferson foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), destacando que "criaram na sociedade uma parcela violenta, uma máquina de destruição de valores democráticos. Isso gera o comportamento como o que vimos hoje".

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) classificou o ex-deputado como "terrorista". "Resistir à prisão e trocar tiros com a polícia, conculcar o povo para pegar em armas; tudo, horas depois das graves agressões à ministra Cármen Lúcia; Jefferson representa perigo para a sociedade, realmente se comporta como um criminoso, um terrorista".

O também senador Raulo Rodrigues (Rede-AP) afirmou que Bolsonaro "tenta se desassociar do aliado que tentou matar policiais e que sempre esteve ao seu lado no governo. Ele estimula a violência e o ódio diariamente e agora quer tirar o corpo fora".

A presidente do PT e deputada federal Gleisi Hoffmann (PR) destacou que Bolsonaro disseminou violência e que "o Brasil precisa de paz e a vida do povo tem de ser a centralidade do nosso debate".

Reação violenta acena aos radicais

A reação violenta do ex-deputado federal Roberto Jefferson, que se recusou a acatar um mandado de prisão e agrediu os agentes que foram levá-lo, inflamou os discursos radicais contra o Poder Judiciário. Os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) usaram a afronta praticada pelo petebista para desferir mais ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em especial ao ministro Alexandre de Moraes — que, além de ter determinado a volta do ex-parlamentar para a cadeia, é visto, hoje, como um dos principais inimigos do bolsonarismo.

Por causa disso, especialistas perceberam que o episódio de Jefferson foi o gatilho para a construção de uma narrativa, disseminada nas redes sociais, de que o STF e TSE promovem uma perseguição a Bolsonaro e seus apoiadores e que o ex-deputado se insurgiu contra isso. Para os estudiosos, o desrespeito do petebista à lei é um "dog whistle" — o "apito do cachorro", mensagem que não é captada por grande parte da população, mas compreendida e atendida por parte dela — cujos resultados são imprevisíveis e potencialmente violentos.

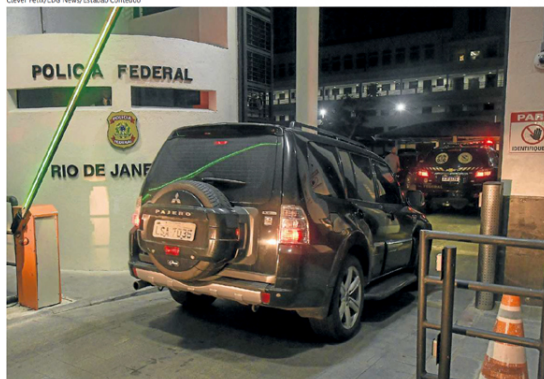
O professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma (EUA) Fabio de Sá e Silva acredita que não se trata de um ato isolado, mas, sim, de uma estratégia da extrema-direita para atacar o Estado Democrático de Direito. "É possível que esse verdadeiro ato terrorista de Jefferson tenha sido praticado com finalidades eleitorais, já que o bolsonarismo vinha de uma semana de campanha centrada em denúncias de 'censura judicial', baseada na distorção de decisões adotadas pelo TSE — ou mesmo decisões inexistentes, como no caso da 'retratação' do pastor André Valadao", analisa.

Para Silva, o episódio pode ter efeito aditivo na base radical do bolsonarismo. "Mas para a imensa maioria da população, isso pode sinalizar fraqueza e um tipo de instabilidade que essas pessoas não querem para as suas vidas nos próximos anos", salienta.

Nada a perder

O analista político Mellilo Dinis parilha do mesmo entendimento e acredita que a situação tem como consequência pontos negativos para a campanha do presidente. "É um ato desesperado de quem não tem nada a

Cleber Felix/LG News/Estadão Conteúdo



Jefferson chega à sede da PF, no Rio, para cumprir a prisão. Bolsonaristas radicais defenderam gesto do ex-deputado

perder. Do ponto de vista da política eleitoral, traz mais prejuízo do que ânimo às hostes bolsonaristas, e aumenta o discurso dos adeptos de Lula", avalia.

O jurista e cientista político Enrique Carlos Natalino aponta a formação de um cenário extremo com a proximidade do segundo turno da eleição presidencial. "Mas uma vez, isso mostra o quão sério é o caminho que estamos tomando no Brasil com essa escalada de violência

política, de violência institucional. O presidente insulfa não só contra o STF, mas contra todos os partidos e lideranças que lhe fazem oposição", disse.

A afronta de Jefferson dividiu a ala bolsonarista. Apesar de o próprio presidente da República ter criticado o petebista por atacar os agentes que foram cumprir um mandado de prisão emitido contra ele, outros aliados mantiveram a posição em defesa do ex-deputado. Tal como o caso do deputado

federal Ottoni de Paula (MDB-RJ): em vídeo publicado nas redes sociais, disse que conversou com a assessoria de Bolsonaro e que o presidente havia tomado a decisão de "mandar as Forças Armadas proteger o nosso Roberto Jefferson". Nada disso aconteceu.

Na avaliação do cientista político André César, o cenário pode ficar crítico nos dias que restam até a realização do segundo turno. "Roberto Jefferson colocou mais lenha numa fogueira que já estava



É possível que esse verdadeiro ato terrorista de Jefferson tenha sido praticado com finalidades eleitorais, já que o bolsonarismo vinha de uma semana de campanha centrada em denúncias de 'censura judicial'."

Fabio de Sá e Silva, professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma

alta. Os eventos recentes mostram que temos um quadro extremamente grave, extremamente tenso, no qual as figuras centrais do debate político vão viver mais e mais essa tensão. Até o próximo domingo, a nossa democracia vai ser radicalmente testada", ressaltou.

Depois da prisão de Jefferson, começou a circular nas redes sociais um vídeo de supostos camilhoneiros afirmando que, no dia 30, caso Bolsonaro não vença a eleição, vão parar o país. A publicação ameaça o STF e o TSE, e reproduz a fala bolsonarista de que o presidente só não será reeleito se houver "fraudes nas eleições". (LP)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2 e 3